

# Esquerdas vêem censura nos vetos a programas

As lideranças de seis partidos políticos da Assembléia Nacional Constituinte denunciaram ontem ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Oscar Dias Corrêa, a existência de censura política por trás dos requerimentos indeferidos pelo TSE para pedidos de novos programas nacionais. O ministro negou a censura e atribuiu a rejeição dos pedidos à incompatibilidade de horários devido ao grande número de partidos políticos e aos constantes protestos da Abert (Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão), em face dos prejuízos que tais programas acarretam às suas filiadas.

Da reunião, que teve a participação dos líderes do PDT, PT, PC do B representando ainda o PCB, PSB e PDC, que subcreveram o requerimento, ficou acertada uma sessão para hoje, às 18h00, entre os ministros membros do TSE, para decidir sobre a concessão, em caráter excepcional, da transmissão gratuita nos meios de comunicação das teses defendidas pelos partidos sobre os temas polêmicos da Constituinte.

O líder do PDT no Senado Federal, Maurício Corrêa (DF), alegou uma desigualdade de tratamento do TSE entre os partidos: "É uma injustiça conceder dois programas nacionais apenas ao PL e rejeitar os pedidos dos demais partidos", disse.

## Burocracia

O presidente do TSE ponderou que o PL requereu o pedido no dia 25 de maio, ao passo que o requerimento do PDT, foi protocolado apenas em 29 de junho. A resolução nº 11.866, de oito de

maio de 1984, estabelece que os programas partidários devem ser divulgados com intervalos mínimos de 15 dias. Mas, ampliado o número de partidos, tornou-se inviável a observância do prazo estabelecido, justificou o ministro aos indeferimentos dos pedidos de segundo programa do PDT, PT, PSB, PTB, PFL, PDS e PC do B.

O líder do PT, deputado Luís Ignácio "Lula" da Silva, ressaltou que este ano é peculiar, devido à Constituinte. Como o calendário já está deteriorado, é salutar que os partidos tenham mecanismos para mostrar à opinião pública as suas teses sobre as matérias constitucionais. "Não existe ônus para as emissoras, pois o preço de propaganda nunca teve congelamento", frisou Lula. Já o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, comentou que não existe democracia sem partidos políticos, "e a imagem da classe política está desgastada junto à opinião pública devido às desinformações dos meios de comunicação".

A insatisfação do PT era tão grande que a liderança impetrou um mandato de segurança junto ao STF contra a rejeição do TSE para um novo programa nacional em cadeia de rádio e televisão. Mas, durante a reunião de ontem pela manhã Lula resolveu desistir do mandato, pois este poderia prejudicar a decisão dos ministros. "O TSE não age sob pressão", disse o presidente Oscar Corrêa. O PT argumentou que a resolução nº 5.662 determina que o TSE deve apenas fiscalizar a gratuidade da transmissão e o conteúdo do programa, sem especificar a fixação de prazos. "Se o TSE não fixar a periodicidade, seria decretada de uma vez a balbúrdia", respondeu o ministro.

## PFL desiste de ida à TV

O PFL desistiu, no último dia 5, do programa nacional de rádio e televisão marcado para o próximo dia 13. O PMDB ainda não enviou requerimento ao TSE solicitando data para o seu horário especial e tem até o dia 29 deste mês para esta confirmação. O PDT, PT, PSB, PTB, PDS e PC do B brigam por espaço para realização do segundo programa a que têm direito, segundo determina a Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

O Tribunal Superior Eleitoral, entretanto, já confirmou a realização dos primeiros programas ao PDS (28/10), PTB (27/11) e PDC (12/11) e segundo seu presidente, ministro Oscar Correa,

"será muito difícil um partido conseguir o seu segundo espaço este ano, até mesmo o PMDB, que não realizou nenhum". A legislação determina a realização de dois programas partidários, mas não explicita datas.

Atualmente existem seis partidos políticos devidamente registrados junto ao TSE: PMDB, PFL, PDS, PDT, PTB e PT. Outros possuem registros provisórios, como o PL, PSB, PC do B, PDC e PMB, e dezenas de outros estão em vias do provisionamento. "A legislação tem que ser alterada, porque se formos cumpri-la ao pé da letra, as rádios e televisões ficariam por conta dos partidos políticos", comentou Oscar Correa.